

CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO DR. HERBET JOSÉ DE SOUZA, NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SUPERVISORES DA COMISSÃO REGIONAL DE CULTURA POPULAR DE BRASÍLIA.

"O que nos propomos a fazer não é propriamente uma conferência, mas simplesmente, como somos uma equipe de trabalho, trocamos idéias. Idéias que julgamos fundamentais a respeito daquilo que caracterizaria a nossa posição diante da realidade. Não temos pretensão, e nem gostaríamos de tê-la, de apresentar-lhes uma visão formal, fria, da realidade brasileira. Acharmos que qualquer um de nós, colocado diante desta realidade humana que aí está, sente que tem obrigação de fazer uma opção. E a opção é muito simples: ou concordar com o que aí está, ou discordar. E, se discordar, propôr-se pessoal e coletivamente, a uma transformação. Trata-se, pois, de uma opção que envolve o engajamento pessoal numa luta. Este é o sentido desta equipe. Esta não é uma equipe de trabalho burocrático, nem de trabalho normal, no sentido que se dá às chamadas mobilizações de pessoal. Esta não é uma equipe que tem uma tarefa "comum" a realizar. Esta equipe tem a tarefa de transformação da realidade humana desta cidade. E se ela visa a isso é porque: 1º) tem uma visão do homem; 2º) tem uma posição pessoal ante desta realidade. Para que não tenhamos uma visão isolada do fenómeno Brasília e das transformações que iremos operar aqui, no nível da consciência coletiva, no nível das motivações coletivas, seria interessante que fizéssemos um rápido retrospecto sobre a realidade brasileira e tentássemos ter do Brasil uma visão de conjunto. Não é uma visão estruturada, não é uma visão formal que vamos dar, mas alguns aspectos dessa realidade, que julgamos fundamentais. Mesmo porque não tivemos tempo de preparar uma posição mais sistemática. Daremos quase que o testemunho pessoal de alguém que, como vocês, tentou ver com os olhos abertos a realidade, não de um berço esplêndido, não de um país cantado por poetas, por trovadores, por idealistas utópicos, mas por alguém que tentou ver a realidade de setenta milhões de pessoas humanas vivendo num continente chamado Brasil. Se atentarmos para a nossa história, veremos que o Brasil sempre foi um país teoricamente livre e praticamente colônia. Colônia no sentido de que não pôde ainda libertar-se dos laços de dependência econômica e, portanto, política que o prende à estrutura internacional.

Colônia economicamente desde que foi descoberto. Éramos aqui uma espécie de supermercado, em que as potências estrangeiras procuravam explorar, dentro de um esquema internacional e colonial, as nossas riquezas, aproveitando-se do baixo valor do nosso trabalho e da imensa procura internacional de matérias primas. Tanto é assim que, se estudarmos a história econômica do Brasil, veremos a nossa história classificada por ciclos: ciclo do açúcar, ciclo do café, ciclo do minério. E que caracterizam esses ciclos? É que a nossa economia se especializava em cada um desses ciclos para vender quase que exclusivamente um produto; era a monocultura do açúcar; ou café; ou a fase da mineração, em que mandamos toneladas e toneladas de ouro para Portugal, que, por sua vez, passava este ouro para a Inglaterra, que o depositava, talvez, nos bancos da Suíça. O que isso caracterizava? Vendíamos um ou dois produtos, e éramos obrigados a comprar produtos manufaturados, onde a relação de troca estabelecida dizia o seguinte: venderemos sempre cada vez mais, e compraremos cada vez menos. Isto se chama processo de deteriorização das relações de troca. Para se ter um exemplo: se quantificássemos o preço de um carro por sacas de café, há alguns anos atrás compraríamos um Ford por cinquenta sacas de café, e hoje compraríamos o mesmo Ford por cento e cinquenta sacas de café. Isso significa que, mesmo que produzamos cada vez mais, compraremos cada vez menos. Então, como uma estrutura econômica que estabelece em plano internacional nesse tipo de relação pode se desenvolver, se sempre deverá atender a laços de dependência e de exploração no mercado internacional? Essa exploração colonial, que vem até aos nossos dias de outras formas, manifestou-se no período colonial pelo faturamento destes produtos que caracterizam os ciclos de nossa economia. Para se fortalecer esta dependência econômica, evidentemente que se montava um esquema de política internacional, que era vinculação quase que inevitável do Brasil a um determinado mercado internacional: a área da libra, e depois, a área do dólar. O governo, os políticos, as classes dominantes brasileiras, porque viviam internamente deste tipo de estrutura econômica, tinham para com a dependência internacional um comportamento dócil, inevitavelmente obediente. Então a um contexto econômico, a uma estrutura econômica dada, correspondia uma estrutura política internacional de colonialismo, de dependência política. Se estudarmos a história dos países subdesenvolvidos, veremos que este não é um privilégio do Brasil, mas que esta é uma característica de todas as relações=

estabelecidas entre países industrializados, e, portanto, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Tôdas as vêzes - que os países subdesenvolvidos tentam uma libertação, quer econômica, quer política, porque no fundo elas se identificarão - os países dominantes industrializados sempre tentarão medidas, que irão desde a ocupação militar até a persuasão por restrições do mercado internacional, que levarão esta economia, inevitavelmente a um colapso econômico ou a uma crise política. Basta que estudemos a história da América Latina, e a América Latina de hoje, para percebermos que o fenômeno do gorilismo, que o fenômeno golpe, caudilhismo, não é um fenômeno próprio da natureza do latino-americano, mas é um subproduto dêste processo de dependência econômica em que os países que tentam se libertar têm de enfrentar, primeiro, a oligarquia dominante, e, segundo, as esquadras ou as forças econômicas e políticas que dominam, que cerceiam êste anseio de libertação popular. O Brasil-Colônia - foi mais ou menos isso. Chegamos até 1930 sendo um país essencialmente agrícola, enquanto a Europa promovia a revolução industrial. Nela se concentravam as maiores e mais fabulosas riquezas até então existentes na face da terra; e gerava entre si conflitos de conquista de mercados que, afinal de contas, iriam se traduzir num fenômeno que espantou a todos, as duas grandes guerras mundiais. A Alemanha capitalista, industrializada, expansionista, lutou desesperadamente nas duas grandes guerras mundiais pela hegemonia de um mercado internacional, criando uma espécie de subproduto desta dominação em termos de ideologia, e que se chamava a raça alemã, o nazismo; na Itália, fascismo. Nada mais eram do que a sede de poder internacional e de conquista do mundo a ferro e fogo. Enquanto isto, o Brasil, que foi mais ou menos a reboque desta situação internacional, inclusive porque era vinculado a êste bloco, pôde se valer de determinadas vantagens oferecidas pela situação de guerra, e iniciou o seu processo de industrialização. Isto, a partir de 1930. O que significava para o Brasil industrializar-se? Significava, primeiro, a possibilidade de criar para si um parque industrial, que, efetivamente, o tornasse independente desta relação de mercado internacional anterior, isto é, não precisaria comprar até mesmo sabão, dentifrício, não precisaria importar sal, açúcar, ou sapato, roupa, tudo enfim, porque houve uma fase no Brasil, tanto nas capitais como no interior, em que os noivos se vestiam dos pés à cabeça de produtos importados da Europa. A industrialização para o Brasil significaria o princípio da sua independência

política. Nós em 1963, não entendemos bem porque se chama "revolução de 30"; mas ela começou, efetivamente, em termos econômicos e em termos políticos, o nosso processo de emancipação. Que significaria a industrialização? Primeiro, iríamos iniciar um esforço de aplicação interna do nosso capital, do nosso parque industrial; segundo, iríamos tirar da classe dos proprietários de terra, dos latifundiários, que dominavam toda a nossa economia na fase do açúcar e, posteriormente, na fase do café, a hegemonia do controle econômico e propiciarmos a criação de uma classe empresarial, industrial. Por todas suas empresas e os seus interesses plantados no Brasil, iria necessitar de aplicar todo o seu esforço na própria economia nacional, e, com isso, possibilitar a criação de um mercado interno, sem o qual nenhum país se desenvolve e nenhum país se emancipa. Mas do que isso: a revolução industrial iria gerar o processo de urbanização do Brasil. Iria concentrar grandes populações nas cidades e dar nascimento a uma classe, a classe operária. Em tese, a classe operária iria iniciar, portanto, uma fase nova, de um Brasil essencialmente camponês e subdesenvolvido para um país que, pelo menos, tivesse uma classe empresarial, uma classe média formada nas cidades e um proletariado que, progressivamente, iria promover a sua ascensão. Este seria o sentido do que se chamaria a revolução de 30 ou o processo de industrialização no Brasil. Alguns teóricos chegam a dizer que aí nós plantamos a nossa libertação, emancipação, e que, efetivamente, o Grito do Ipiranga se deu em 1930, e não em 7 de setembro de 1822. Somos de opinião de que esse Grito nunca se deu, ou então, não passou de um grito. Efetivamente, na fase da industrialização inauguramos um novo tipo de dependência: um tipo de relação em que o Brasil, que ainda era (e é) 60 a 70% agrícola em sua estrutura, tinha, no entanto, uma pequena parcela de sua economia que tenderia progressivamente a crescer, e que se chamaria o núcleo industrial. Ora, este centro industrial necessitou, de imediato, de importação de máquinas; importação de bens de capital. Para importar bens de capital, necessitaria retirar da sua relação com o exterior, divisas; necessitaria retirar aquela parcela de lucro no mercado internacional que lhe possibilitasse investir e comprar. Então, o processo de industrialização dependia diretamente de uma estrutura anterior em relação de dependência. Portanto, o nosso desenvolvimento sempre se fez exatamente na medida daquilo que poderíamos conseguir de uma relação de dependência anterior. O nosso processo de industrialização se concentrou numa determinada área, que foi o centro-sul. Concentrou-se de forma exclusiva e em detrimento das outras áreas econômicas, e começou a gerar internamente no Brasil a mes-

ma relação, entre os estados, que caracterizava a nossa relação com o resto do mundo. Antigamente era o Brasil como um todo - que dependia do mercado internacional; com a industrialização, criou-se um núcleo industrial no Brasil, que se concentra em torno do Rio e de São Paulo, e que estabeleceu com os outros estados da Federação, a mesma relação de dependência anterior, em plano internacional. Se analisarmos hoje quem produz, quem é industrializado, quem concentra o capital, quem concentra a mão de obra, quem concentra 70 a 80% dos investimentos internos, e quem concentra 70 a 80% dos investimentos estrangeiros no Brasil, poderemos, sem dúvida nenhuma, separar dois estados, dos vinte e dois, e dizer que tudo ou quase tudo está concentrado na Guanabara e no Estado de São Paulo; e que os outros estados do Brasil vendem matéria-prima e compram produtos manufaturados de São Paulo. Mais ainda: nesta relação de troca, os outros estados vendem sempre o maior número de toneladas por um valor menor, e compram menor número de toneladas por um valor maior. Há um estudo do Padre Lebrete, que infelizmente não tenho à mão, que mostra, através de um processo gráfico, o sistema de relações comerciais estabelecidas entre São Paulo e outros estados, em que se vê tranquilamente o volume das exportações e das importações estabelecidas entre todos os estados e este centro. Culpa de São Paulo? Absolutamente. É um fenômeno econômico, é um fenômeno social e inevitável, decorrência desta implantação de um centro industrial numa única região, que passa a capitalizar todos os benefícios da estrutura econômica do país. Isto acontece também em quase todos os países subdesenvolvidos. Mas ainda este núcleo industrializado no centro-sul não é independente. Ele mantém as mesmas relações de dependência em termos econômicos, que anteriormente a estrutura brasileira mantinha. E porque? Primeiro, porque os investimentos e as indústrias estabelecidas no centro-sul são progressivamente, cada vez mais desvinculadas de um controle nacional. Basta que façamos o cálculo do investimento estrangeiro aplicado no Brasil. Fizemos um cálculo para, se não me engano, 1957/58, em que 95% dos investimentos estrangeiros havidos no Brasil se concentravam em São Paulo. Ora, todos nós sabemos que não basta montar uma empresa; não basta construir uma fábrica. Uma fábrica precisa, e quanto maior o seu dimensionamento, maior é a necessidade - de uma relação com o mercado interno e, principalmente, com o mercado externo, quer mercado de capitais, quer mercado para a colocação do produto. Evidentemente, com a nossa relação econômica, se

estabelece quase que exclusivamente com o bloco ocidental, toda a nossa rede industrial montada no centro-sul, mantém dependência em relação a capitais e a colocação de produtos face a esse mercado internacional. Evidente, também, que o controle da nossa economia passa sempre a se dividir entre um controle externo e um controle interno. Até bem pouco tempo uma oscilação no preço do café podia nos levar a um colapso da economia, porque 70% das nossas exportações dependiam do mercado do café. Então diriam: "com a estrutura industrializada, este fato não se dá." Mas hoje sabemos que, se uma rede de indústrias - que são ligadas e neste sistema que estamos vivendo são cada vez mais ligadas entre si - resolver ou retirar os seus investimentos, ou paralisar os seus investimentos, ou deter um pouco a evolução da sua produção industrial, o Brasil sofrerá o mesmo processo de colapso econômico. Então constatamos que, do ponto de vista econômico, a nossa estrutura, que começa a se industrializar, e que, internamente, não pode ainda atender às nossas necessidades, padece de uma deficiência instrumental - (porque é incipiente ainda) e padece também de laços de dependência extremamente perigosos para a nossa soberania enquanto país. Mas, se tivemos esta visão assim rápida, de quais sejam os nossos problemas do ponto de vista econômico, haveria um capítulo especial sobre o problema da inflação. Existem algumas teorias muito curiosas a respeito da inflação. Há, por exemplo, uma, que reduz o problema da inflação a uma questão puramente financeira, isto é: "a culpa da inflação é do governo, que emite capital. Então, quando a máquina do governo funciona, joga-se no mercado uma soma de dinheiro; este dinheiro dilui os preços. Em consequência há uma elevação de preços que provoca essa crise chamada inflação, que é o mal da economia!" Essa teoria monetarista reduz o problema da inflação a uma quase mágica. Mas existe uma outra teoria, esta sociológica, a meu ver, a mais adequada à realidade, que, para tornar bem claro o problema, compara a inflação a um jogo de cartas, que nós todos na infância já jogamos: o jogo do mico. Cada um tenta passar o mico para outro. Esta interpretação sociológica compara o problema da inflação a esse jogo entre as classes sociais: o governo, os empresários, os financiadores, os trabalhadores, os compradores. Cada um desses grupos, no processo econômico, tenta passar o prejuízo da operação, para frente. Se há um aumento salarial, isto, evidentemente, afeta os preços dos produtos que são fabricados por esses operários. Os empresários, -

então, passam a diferença que é dada aos operários, para os preços; estes preços incidem sobre os compradores; os compradores - fazem nova reivindicação salarial. E assim por diante, em que - entra o Estado e diversos outros grupos sociais, repartindo, ou tentando passar sôfregamente êste mico econômico. Mas, além desses aspectos, existe, para uma estrutura de país subdesenvolvido, o problema da deteriorização das relações de troca, em que o cruzeiro, que é a medida de nossa economia, passa a valer cada vez menos. Se pudéssemos, por exemplo, quantificar os nossos prejuízos no mercado internacional, nessas relações de troca, que são reconhecidas hoje por todos os homens do Brasil, inclusive pelo Embaixador Roberto Campos e outras pessoas insuspeitas nesse setor; se pudéssemos quantificar os prejuízos que levamos no mercado internacional, chegaríamos a essa espantosa conclusão: 70 milhões de miseráveis estão financiando a economia internacional. Nós estamos pagando o desenvolvimento dos países desenvolvidos, à custa de uma relação econômica iníqua, porque se estabelece sobre a miséria. Então haveria, no caso da inflação, por exemplo, êsses dois aspectos a considerar:

- a) sob o ponto de vista internacional;
- b) sob o ponto de vista interno.

No caso da estrutura industrial do Brasil, os banqueiros, os financistas, que tanto gritam contra a inflação, afinal de contas são os que se beneficiam dela, porque, quem tem um regime salarial fixo, quem tem a vender somente o preço do seu trabalho, é quem sempre ganha cada vez menos. Aquêles que podem capturar no processo social, a economia coletiva, para reinvestir, são as que se beneficiam da inflação. A grita toda começa quando a inflação atinge uma velocidade tal, que não se pode prever e quantificar o lucro possível, isto é, quando, com o volume de investimentos  $X$ , com o acréscimo progressivo, e portanto, com uma diluição desse valor  $X$ , não se pode prever a margem do lucro. Aí a estrutura entra em pânico. Mas êste não é o pânico do povo. Porque o povo não tem pânico quanto à sua margem de lucro. Ele tem pânico quanto à diminuição do pão, do feijão, do leite, na sua casa, na sua mesa, naquêles dias. Êste é, portanto o pânico de uma estrutura que não é planificada; êste é o pânico de uma estrutura que não tem sequer o contrôlo dos seus próprios processos de produção - o que vem revelar, cada vez que se grita contra a inflação, os males de uma economia que não é racionalizada em termos de produção para o consumo, em que a produção vai na

frente do consumo, e este é que vem pedindo para ser atendido, sem a menor racionalidade. Isto coloca em cheque a própria estrutura de produção capitalista, os sistemas de produção que nós vivemos, em que as crises nada mais são do que consequência direta, irreversível, inevitável, do sistema de produção. Então diríamos: As crises não são levantadas pelos políticos, pelos senadores, pelos deputados, pelos operários, pelos estudantes, pelos baderneiros; é a crise da nossa estrutura social; é estrutural e muito simples: 70 milhões de pessoas têm necessidades; estas necessidades sociais têm que ser atendidas, e vão, desde a alimentação até os bens de cultura; necessidades que são cada vez mais exigidas por uma população cada vez mais consciente. O fenômeno da conscientização coletiva é irreversível. As populações hoje são conscientes e recebem estímulos de conscientização em todos os momentos de sua vida, diariamente, desde cedo, quando ligam o rádio e ouvem o Repórter Esso até à noite, quando fecham o rádio e ouvem o Repórter Petrobrás. Do princípio ao fim do dia, as populações começam a tomar consciência de que são gente; de que não são atendidas; de que há níveis e padrões de vida muito superiores aos seus; de que tudo é possível; de que preconceito de raça não existe; de que os mitos de elite, de dominação, etc... não sobrevivem. Têm consciência das revoluções sociais operárias no bloco socialista, em Cuba, das revoluções na América Latina, dos desembarques militares. Têm notícia de tudo. É, portanto, evidente, que as populações subdesenvolvidas crescem em reivindicações. E as economias, que antigamente tinham que atender a um nível de exigências muito baixo, dessas populações, hoje se vêem obrigadas a responder a uma massa cada vez maior, de consumidores. Não consumidores no sentido puramente econômico, mas consumidores no sentido total! Homens que querem consumir tudo, e se sentem no direito de consumir do pão à Universidade. À medida que este processo de conscientização coletiva cresce, as estruturas capitalistas entram em crise e têm que responder ao desafio: ou se produzem para uma massa cada vez maior de pessoas, ou não sobreviverão politicamente. O nosso grande problema, hoje, é fazer com que as estruturas sociais e econômicas se articulem para resolver a demanda social de bens materiais e bens de cultura. E com uma agravante: se não resolverem, a estrutura cai. Cai a estrutura de poder e a estrutura econômica. Na história temos três exemplos desta ruptura, que se chama revolução. O primeiro exemplo foi o da revolução russa, que acarretou na guerra=



e naquele clima de guerra a incorporação à revolução russa do bloco socialista de hoje. A segunda, a revolução chinesa, também dentro de um clima de guerra. Este processo de crise que vivemos, coloca para nós o problema do povo. É aí que chegamos. Se tentarmos ter uma visão, agora, não mais econômica, não mais sociológica, mas agora política, do povo do Brasil, eu lhes proporia uma imagem. Uma imagem difícil de ser visualizada por quem nunca a viu. Uma coisa é imaginarmos uma jovem bonita, e outra é vermos uma jovem bonita. (Acho que aqui ninguém discute comigo das vantagens da segunda hipótese). Quero, pois, lhes propôr uma imagem sobre a realidade do povo brasileiro. Se reunirmos nesta sala uma amostragem do povo brasileiro, de 100 pessoas, certamente teríamos 70 miseráveis; uns 20 de classe média e uns 10 de classe burguesa. Se conseguirmos visualizar sensivelmente esta imagem, perceberemos a realidade do povo brasileiro. Quem é do nordeste, compreende o que significam os 22 milhões de nordestinos. Nordestino não é uma ficção, nem uma invenção de Julião. Nordestino é um homem que vem sendo secularmente espoliado por uma estrutura em que ele e burro de carga são a mesma coisa. Numa viagem que fiz ao nordeste, coisas que uma pessoa jamais pode esquecer: numa usina vi 70 crianças, de 7 a 11 anos, que eram miniaturas de camponeses, com foice na mão. Só acreditava que eles poderiam segurar a foice, porque via. Isto me causou um impacto emocional espantoso, porque tinha lido, quando estudante de sociologia, que o problema do trabalho infantil era um problema do século XIX, nas minas de carvão da Inglaterra. E nos espantávamos ao tomar conhecimento de que nas minas de carvão da Inglaterra haviam crianças, mulheres grávidas. Isto eu podia imaginar. Mas de repente, viajando num carro da SUDENE, vejo setenta crianças de 7 a 9 anos, que eram cortadores de cana e que ganhavam por mês 500,00 a 600,00. Isto é uma amostragem, mas 70% do povo brasileiro é isso. Então perguntamos: em nome de que, de que princípio, mostraríamos a eles que as reformas, muito pelo contrário do que pensam, vai lhes trazer mais vantagens, porque vão aumentando o nível geral da sociedade em matéria de rendimentos, de renda pessoal, vão lhes dar, a médio prazo, condições de explorações econômicas muito superiores às que eles têm; vão lhes dar mão de obra qualificada, máquinas, crédito, financiamento, etc... No entanto, resistem furiosamente, porque a sua mentalidade ainda corresponde ao século passado. O povo, evidentemente, atua nisso, pura e simplesmente como fome, boca, miséria e demanda de justiça. Esta visão do povo é que nos interessa essencial

mente no nosso trabalho de cultura popular. Nós não temos nenhum compromisso com nenhuma idéia, pessoa, instituição, país, fé, dogma, que não dê uma resposta positiva ao problema do povo. Porque povo significa o conjunto de todas as pessoas humanas. Vamos fazer uma definição de fé: só podemos ter das pessoas dois tipos de opção: ou achamos que as pessoas humanas são objetos que podemos usar, ou achamos que são indivíduos - aos quais devemos respeitar e com quem devemos manter uma relação de igualdade. Igualdade concreta, igualdade real. Se partimos dessa visão, o resto é decorrência. Somos contra o capitalismo e materialismo porque nêles a pessoa é um objeto; somos contra o nazismo, porque a pessoa é quase um animal; somos contra o chamado neutralismo diante das opções, porque isso significa uma omissão criminosa diante das pessoas concretas que aí estão. Achamos que as pessoas têm que optar: ou se comunicam com as outras pessoas em termos de igualdade, ou se comunicam com as outras pessoas, em termos de dominação. É necessário, portanto - e é essa a característica da nossa época, que é uma época de definição ideológica - que revelemos - todas as dimensões dos nossos hábitos pela dimensão da nossa ideologia colocada na mesa, e vamos aceitar o desafio desta ideologia colocada na mesa, coletivamente. Se é questão de dominar, então vamos dominar; e vamos dominar explicitamente. Enfrentamos, então, a consciência coletiva, que já não suporta dominação. Mesmo porque, técnicas de dominação, há muitas, também. No momento em que a crise eclode se dá algo para não perder o resto que se tem. Nesta exata medida é que são feitas as reformas no Brasil. À proporção pois, que a pressão popular cresce, a resistência crescerá, mas a santa prudência vai mostrar-lhes o caminho das reformas. Observemos hoje o problema da reforma agrária: descobrimos que o Brasil tem 60% de camponeses; que a grande maioria das terras cultiváveis está nas mãos de uma grande minoria. A estrutura capitalista - já está, ela mesma, exigindo uma transformação da estrutura agrária, porque esta deficiência da estrutura agrária já está causando impactos negativos na estrutura industrial. Então, torna-se necessária a reforma agrária. O industrial não pensa em termos de posse física. O industrial não precisa montar a cavalo e atravessar, durante um dia, as suas terras. Ele vê as suas posses pelo cheque, pela conta bancária, pelos títulos que tem. Sua mentalidade, pois, é outra. Mas os proprietários de terra não pensam tanto em termos econômicos. E assim não pensam secularmente. Por exemplo: a estrutura econômica mon-

tada na fase do açúcar era uma estrutura na qual, qualquer preço do açúcar era lucro. E isso porque êsse açúcar era conseguido à custa do trabalho escravo. Portanto, se o trabalho era grátis, tudo que se conseguia, a partir da produção, era praticamente lucro. Mesmo que fôsse uma produção anti-econômica. Ora, êsse tipo de mentalidade ainda sobrevive na estrutura agrária brasileira, e, portanto, a classe latifundiária é bastante insensível às demandas econômicas, aos problemas econômicos colocados por uma estrutura que já começa a se industrializar. Mas essa classe tem os seus interesses representados no Legislativo. E o Executivo, no Brasil, é sempre aquele setor que está mais à frente, um pouco; é aquele setor que tem mais a visão do que está acontecendo de mais dinâmico, na estrutura brasileira. Então, vemos êste aspecto interessante do Executivo querer a reforma agrária, e do Legislativo não querer a reforma agrária. E não querer, por uma razão muito simples: por causa, única e exclusivamente, do problema de propriedade. O que não se quer é que se toque na propriedade. Se pudéssemos argumentar com os proprietários, de que ordem de idéias, de que filosofia, essa nossa estrutura econômica e social mantém isso? Por quem, em nome de quem, poderemos dizer que reina perfeita ordem e tranquilidade na sociedade brasileira? Paz para quem, ordem para quem, tranquilidade para quem? Em nome de que? Liberdade? Democracia? Dignidade humana? Pessoa humana? Justiça? Fraternidade? Amor? São todos valores que ninguém nega. Mas, em nome disto tudo, que nós não negamos, se articula uma estrutura econômica em que a resultante é êste quadro que vemos, em que ela sempre produzirá isto. Todos estamos absolutamente convencidos de que a taxa de analfabetismo no Brasil será mantida, a não ser que os processos de alfabetização e os processos no poder de atendimento às necessidades do povo se transformem, mas não se transformem em 10, 15, 20 anos. Que se transformem agora, porque o Brasil cresce a uma taxa de 3,1%. O Brasil está na faixa da chamada explosão demográfica. Aumentamos de população num nível superior à nossa produção, à nossa taxa de crescimento econômico. Isto significa que a miséria é que está se desenvolvendo, e não o Brasil. Por conseguinte, se o analfabetismo é hoje um problema, amanhã será um problema muito maior; a fome, a miséria, o desemprego, serão, amanhã, problemas muito maiores. Então, a nossa estrutura, está sendo testada e se mantém, e se articula em função de uma demanda de consciência do século

passado, mas a nossa consciência coletiva hoje é outra. Um operário hoje não tem medo de reivindicar. O camponês, que era, que foi, secularmente, um homem ligado por laços patriarcais ao proprietário, é hoje um homem que não tem medo de morrer, ao fundar o seu sindicato de camponeses. Ora, esse camponês já existia antes, a miséria dele já existia antes. Mas ele tomou consciência da sua miséria hoje. E é a partir desta tomada de consciência que o problema do camponês se coloca para o poder político. Porque, se formos estudar o poder político verificaremos que, no Brasil, o poder político se caracteriza pelo equilibrismo em que os que estão no poder respondem às necessidades coletivas, no exato momento em que não respondê-las significa perder o poder. Trata-se de uma composição de grupos em que nessa divisão do produto social há uma reivindicação popular crescente, e um temor da classe dominante crescente que todos conhecemos. O século passado foi pródigo em técnicas de dominação, e técnicas de dominação continuam existindo no século XX. O desenvolvimento da psicologia moderna muito se deve a toda essa necessidade que tiveram as estruturas anteriores, de dominar coletividades inteiras, e aliená-las. O fenômeno racial nos Estados Unidos, o fenômeno do nazismo, do fascismo, etc... não são outra coisa senão processos coletivos de condicionamento. Nós hoje não transplantamos o chiclets, o chá-chá e tudo o mais, por um processo de assimilação natural, e sim, por processo de aculturação quase que dirigido. A nossa cultura, a nossa realidade, tende a ser cada vez mais camuflada ou deturpada, para que não vejamos o que realmente somos, e o que queremos. É, pois, a partir desta definição fundamental que nasce a cultura popular: de uma opção diante do homem, diante do homem todo. Não aceitamos dualismos, como foram os dualismos anteriores: o homem é alma e corpo. O corpo morre e a alma, no fim, recebe uma bênção, e se salva. No século passado, e ainda neste, se desenvolveu, em quase todos os níveis, uma filosofia do dualista, que justificava esta hipocrisia social. A perspectiva dualista dizia que tínhamos uma parte nobre e uma parte vil; instintos bons e instintos maus; uma alma santa, ligada ao eterno, e que tínhamos um corpo que, na ordem das coisas, era inferior. Se, portanto, havia uma alma que deveria ser salva, e um corpo que nem tanto, então, torna-se evidente que o problema da estrutura econômica e social não tinha muita importância. Esta crítica foi feita num sentido global. O dualismo era uma perspectiva que caracterizava tanto algumas manifestações de filosofia cristã quanto todas as outras, inclusive perspectivas que nada tinham a ver com o cristianismo. Era uma visão global do século passado, que gera-

va. em quase todos os ramos da ciência essa perspectiva dualista. Maunier e outros filósofos cristãos recolocaram o problema da integridade do homem como uma coisa total, que não é dualizado, que não é dividido, mas que é uma coisa só; e, do ponto de vista cristão, se a humanidade fôsse, realmente, dualizada, Cristo poderia ter se salvo sem se encarnar. No entanto, a perspectiva cristã é justamente a da encarnação, que significa ascensão do homem como uma coisa total. Cristo poderia perfeitamente ter deixado claro que veio ao mundo falar às almas dos homens, não tendo, portanto, que ser crucificado, pois que o corpo é secundário. A perspectiva de encarnação cristã, é ao meu ver, a posição mais forte para que se recoloca o problema da humanidade em termos totais. Mas, além deste problema do homem todo, isto é, do homem instinto, alma, sensibilidade, razão que deve ser uma coisa só, existe um problema que é o mais sério, que é de todos os homens. Então, se é o homem todo, não há nada no mundo, nenhum princípio, nenhuma argumentação que possa provar que este direito não seja universal. Já discutimos muito o problema dos direitos em termos abstratos; já fizemos milhares de declarações dos direitos dos homens. O nosso problema, agora, não é discutir-los, mas implantá-los. E é na hora da implantação desses direitos a todos os homens, que verificamos que muitos não querem, não acreditam, não admitem, na prática, que os homens sejam todos iguais e que tenham os mesmos direitos. Esse é o momento em que vamos nos apropriar das coisas. É quando o homem se apropria, que mostra, realmente, se mantém uma relação de diálogo com os outros, se é capaz de doação para os outros ou se ele, estruturalmente, não é um possessivo, isto é, alguém que quer, primeiro, possuir, para depois dialogar. Este problema da dominação entre os homens se coloca entre todos os níveis. Pois bem; é a partir desta visão que a cultura popular se coloca. Porque, primeiro, é um processo de despertar, sem medo, nas consciências dos homens, toda a extensão da sua grandeza e da grandeza dos seus direitos. Sem medo, sem meias palavras, sem soluções de compromisso. Se observarmos bem, o povo fala a verdade nua e crua. Se nos referimos a um certo político, que eu chamo de trêfego, já o povo a ele se refere em termos mais duros, incluindo, inclusive, a sua família. Quer dizer: o povo se refere a ele definitivamente. Porque o povo não tem nada a guardar, não tem nada a perder, não tem nada a condicionar. Diz o que pensa. Cultura popular é, portanto, um compromisso com a verdade do povo. Se vamos fazer uma pesquisa, temos de anotar exatamente o que o entrevistado diz. Temos que guardar um compromisso total com aquilo que o povo diz, em respeito

à sua consciência e ao nível da sua consciência. Só é popular - porque respeita a verdade; é popular porque desce às raízes das aspirações populares. Portanto, se é popular, é de todo o povo, e não de uma classe, de uma casta. É também uma cultura de desafio, porque a cultura, até hoje, tem sido a cultura de ostentação, como disse o Ministro da Educação; do ornamento. Cultura dos sujeitos que fazem bailes e cocktails para oferecer aos outros a sua erudição como um bem pessoal, que sabem citar Proust, que sabem citar Tolstoi, que sabem citar Joyce, Edgard Poe, enfim, que sabem citar tudo, e que se exibem como um bem de cultura de uma elite. Cultura Popular é a exibição da realidade do povo e dos valores do povo, das necessidades do povo. Portanto, esta tarefa a que vocês se entregam e integram, de fazer cultura popular, não é uma tarefa da qual se possam orgulhar na forma antiga. Em certas rodas, fazer cultura popular é até bastante perigoso. É um título de periculosidade. Não é um título de honra, no sentido monárquico.

Para se fazer cultura popular é preciso, pois, ter a exata visão do que é o homem e dos compromissos que temos para com ele; é preciso abandonar e destruir do nosso consciente e inconsciente todo um processo de discriminação. É passar a ter do homem uma visão universal, isto é, uma visão não discriminatória. Isto é um desafio a cada um dos senhores, e desafio difícil de ser respondido: o de se colocar diante de todos os homens e daqueles que são os mais explorados e espoliados por essa estrutura, sabendo manter com eles um diálogo em toda a dimensão, até onde fôr este diálogo, sem lhe colocar nenhuma limitação. E é só nesse sentido que cultura popular é revolucionária, porque ela vai exigir, de cada um, o desafio da consequência. Cultura popular pode levar os senhores a caminhos insondáveis. Basta que todos aceitem o risco. Basta que não coloquem uma placa dizendo até onde irão, Poderão ir muito longe e Deus queira que vão.

A cultura popular é também um problema técnico. Mas é essencialmente um problema humano, de relação humana; é essencialmente um problema de engajamento num processo de redenção coletiva.

É óbvio, depois de tudo que dissemos, que cultura popular é a única cultura que interessa ao Brasil. Porque é a única cultura que responde às necessidades de 70 milhões de brasileiros.

Pego licença para terminar esta minha exposição a respeito do povo. Primeiro, o povo está na miséria; segundo, o povo -

não tem culpa da miséria; terceiro, o povo não precisa aceitar a miséria; o povo não deve aceitar a miséria; o povo não vai aceitar a miséria. Não podemos evitar que o povo se revolte, porque evitar que o povo se revolte é mentir ao povo. Temos que mostrar ao povo a dimensão da sua realidade. Aliás, não iremos mostrar nada: ele é que vai nos contar.

Finalmente, o que temos que fazer é tentar organizar o povo, para que ele, povo, possa fazer as reformas de que precisa. Ou pressionar as pessoas que as irão fazer. Um povo desorganizado, um povo sem consciência será objeto de demagogia, será objeto de manipulações, de oligarquias, de ditaduras. O objetivo da cultura popular é dar a verdadeira dimensão de todo o problema. Não só a dimensão da miséria, mas como resolver o problema.

---

conferência pronunciada pelo dr. herbet josé de souza  
cultura popular

carl